



## VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

### 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas

---

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]

---

#### **ENTRE A EXCLUSÃO E A INSERÇÃO SOCIAL – TRAJECTÓRIAS DE VIDA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

---

CAMPOS, Mara Rute

Doutoranda em Sociologia

ISCTE- IUL

[mcampos@ispa.pt](mailto:mcampos@ispa.pt)

---



#### Resumo

A presente comunicação resulta da investigação desenvolvida no âmbito do doutoramento em Sociologia do ISCTE – IUL, que tem como objecto de estudo as trajetórias de vida de pessoas com deficiência, visando compreender os processos dialécticos de inserção e exclusão social que as afectam, a partir da sua perspectiva.

Assumindo-se que a deficiência coloca as pessoas numa situação de vulnerabilidade face à exclusão social (Capucha, 2005), procura-se compreender os factores associados aos processos de inserção e de exclusão social de pessoas com deficiência, explorando-se a presença desses factores nas suas condições intrínsecas, nas condições extrínsecas e nos contextos de proximidade. Considera-se que as condições intrínsecas dizem respeito a capacidades, atitudes, valores e recursos individuais, enquanto que as condições extrínsecas correspondem a comportamentos de estigmatização (Goffman, 1982), ao funcionamento das instituições responsáveis pelas políticas públicas de transportes, urbanismo, habitação, segurança social, educação, formação, emprego, serviços de reabilitação e apoio à família e ainda ao acesso a actividades de lazer e participação social (Barnes e Mercer, 2010). Por fim, os contextos de proximidade englobam a família e as redes de sociabilidade. Esta comunicação procura, através do cruzamento de concepções teóricas e dados empíricos iniciais, contribuir para o desenvolvimento da discussão sobre políticas sociais de reabilitação e inserção social.

#### Abstract

This communication results from research undertaken as part of the PhD. in Sociology of ISCTE - IUL, which has as its subject the life trajectories of people with disabilities, aiming to understand the dialectical processes of inclusion and exclusion that affect them, from their perspective.

Assuming that disability puts people in a situation of vulnerability to social exclusion (Capucha, 2005), seeks to understand the factors associated with the processes of inclusion and exclusion of people with disabilities, exploring the presence of these factors within their intrinsic conditions, the extrinsic conditions and in the contexts of proximity. It is considered that the intrinsic conditions relate to skills, attitudes, values and personal resources, while the extrinsic conditions correspond to behaviors of stigmatization (Goffman, 1982), the functioning of the institutions responsible for the public policies of transport, urban planning, housing, social security, education, training, employment, rehabilitation services and family support and even the access to leisure activities and social participation (Barnes and Mercer, 2010). Finally, the proximity contexts include the family and social networks. This communication seeks, through the intersection of theoretical concepts and initial empirical data, contribute to the expansion of the discussion on social policies of rehabilitation and social inclusion.

Palavras-chave: Inserção; exclusão; trajetórias de vida; deficiência.

Keywords: inclusion; exclusion; trajectories of life; disabilities.



O tema do projecto de investigação, base para esta comunicação, nasce de motivações pessoais: por um lado, o trabalho desenvolvido num serviço de medicina física e de reabilitação permitiu a constatação da complexidade dos processos de reabilitação e inserção social decorridos após a aquisição ou agravamento de uma deficiência e por outro lado a actividade de docência, potenciou o aprofundamento do estudo destas temáticas, verificando-se ao nível da sociologia portuguesa, o reduzido número de publicações sobre deficiência. Este trabalho tem então como objecto de estudo as trajectórias de vida de pessoas com deficiência e tem como objectivos:

- Analisar os processos dialécticos de inserção/exclusão social de pessoas com deficiência, através do estudo das suas trajectórias de vida;
- Analisar os factores inibidores e os factores facilitadores dos processos de inserção social ocorridos ao longo das trajectórias de vida de pessoas com deficiência;
- Contribuir para a discussão sobre as políticas de reabilitação e inserção social.

A metodologia central desta investigação é a abordagem biográfica, que permitirá uma maior aproximação ao objecto de estudo. Perspectiva-se a utilização de uma abordagem biográfica “mista”, constituída, inicialmente, por entrevistas biográficas, realizadas apenas num encontro entre investigador e pessoas com deficiência, de modo a definir os eixos de investigação que permitirão uma melhor preparação do investigador para a condução posterior de histórias de vida (Bertaux, 1997) realizadas no mínimo em sete encontros, com um intervalo mínimo de uma semana entre cada um.

Deverão realizar-se entre quinze a vinte entrevistas biográficas e entre cinco a dez histórias de vida. Deixa-se, no entanto, estes intervalos em aberto numa lógica flexível e de procura do nível de saturação entre os conteúdos descritos (Bertaux, 1997).

Serão utilizadas duas estratégias de conversação consoante as variantes da abordagem biográfica utilizada. As entrevistas biográficas serão conduzidas a partir de um guião de entrevista semi-directivo. As histórias de vida serão construídas a partir de conversações mais longas e de carácter não diretivo, utilizando-se, ainda, a técnica de relançamento (Bertaux, 1997) no início de um novo encontro.

Em qualquer um destes momentos garantir-se-á a máxima privacidade e conforto, procurando os locais mais adequados e confortáveis para os participantes (por exemplo na sua própria casa, se conveniente). Ter-se-á, ainda, em atenção o controlo de constrangimentos de tempo ou de outra ordem.

Os participantes serão seleccionados tendo em conta os seguintes critérios:

- Domínio da língua portuguesa;
- Não existência de compromissos cognitivos;
- Pessoas com deficiência há pelo menos dez anos.

Os dois primeiros têm como objectivo a promoção da adequação dos discursos dos participantes aos objectivos e o último pretende proteger os mesmos, através de uma distância temporal suficiente para prevenir a emergência de reacções/emoções demasiado fortes devido à proximidade de eventuais acontecimentos traumáticos. Procurar-se-á a diversidade e uma distribuição equilibrada nas características dos participantes no que concerne ao sexo, estado civil, situação financeira, situação profissional, local de residência (meio rural e meio urbano) e, ainda, a presença de deficiência física ou sensorial de origem congénita ou adquirida, por se considerar que estas variáveis poderão influenciar, diferenciadamente, os processos de inserção/exclusão vivenciados.

A selecção dos participantes irá, portanto, basear-se em duas estratégias de forma a ampliar o espectro de características dos mesmos. Assim, poderão ser seleccionados participantes:

- A partir da base de dados de associações de apoio à pessoa com deficiência e de serviços de reabilitação, após efectuadas as devidas diligências e pedidos de autorização;

- A partir do procedimento de “bola de neve”, baseada em contactos informais/ e conhecimentos prévios de pessoas com deficiência.

Como estratégia de validação dos dados obtidos perspectiva-se a utilização do processo de saturação no caso das histórias de vida (Bertaux, 1997). Procurar-se-ão elementos comuns nos processos de inserção/exclusão descritos.

Neste momento, estão a decorrer as entrevistas biográficas e os dados presentes nesta comunicação dizem respeito às reflexões iniciais decorrentes dos discursos dos participantes.

Importa começar por esclarecer que conceito de deficiência e de que noção de exclusão social é utilizada nesta pesquisa.

O conceito de deficiência tem-se alterado consoante o modelo de intervenção utilizado.

A concepção da deficiência enquanto no modelo médico, também denominado de modelo individual da deficiência, surge intimamente fatalidade pessoal. Esta abordagem individual focalizava-se na anormalidade, na desordem e na alteração pessoal sendo a deficiência encarada como um problema individual, com diversas etiologias, como doença, acidente ou outra condição de saúde. Os fundamentos desta abordagem provinham do diagnóstico profissionalizado, centralizado na figura do médico, profissional que dominava a restante equipa, constituída por novas profissões com crescente desenvolvimento, como fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fisiologistas e educadores. (Branes e Mercer, 2010)

Já o modelo social da deficiência, coloca a deficiência como uma questão fundamentalmente social, procurando a adequação dos diversos contextos, físicos e sociais às pessoas com deficiência, descentralizando o foco de atenção da pessoa. (CRPG e ISCTE, 2007c) Em vez de procurar o tratamento e cura da pessoa com deficiência num sistema de reabilitação complexo, o modelo social propõe uma acção social generalizada, da responsabilidade colectiva, que faça as modificações ambientais necessárias para a participação plena das pessoas com deficiência na totalidade das áreas da vida social. (OMS e DGS 2004). Os serviços de reabilitação devem, portanto, ser de apoio centrados na comunidade, em que o poder e controlo dos processos de reabilitação estão centrados no cliente/ pessoa com deficiência. De igual modo, as políticas sociais devem encarar a deficiência como uma questão de defesa dos direitos humanos, criando para tal políticas transversais e políticas sociais activas, que se focalizem nas pessoas com deficiência mas também na população em geral, desconstruindo mentalidades discriminatórias. (CRPG e ISCTE, 2007c).

O modelo biopsicossocial e a sua operacionalização através da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde propõem uma leitura das questões da deficiência como uma questão de cumprimento de direitos humanos. A deficiência é tida como um estado resultante da elaborada interacção entre as estruturas e funções do corpo a os factores contextuais, interacção que limita a participação plena da pessoa na sociedade. Esta definição aponta para a deficiência, como esclarecem Pimenta e Salvado (2010), enquanto uma condição do ser humano em igualdade de direitos e dignidade perante o outro, e paralelamente, enquanto condição que acompanha a pessoa, requerendo para o gozo e alcance desses direitos, condições e circunstâncias particulares.

Passando agora a nossa análise para a noção de exclusão social

A significação actual da expressão “exclusão social” reflecte a multiplicidade de aspectos que conduziram à sua génese e à sua divulgação generalizada- Deste a publicação de Lenoir em 1974 e a respectiva propagação da expressão até aos trabalhos de Room, que introduzem igualmente esta noção, no âmbito do segundo programa europeu de luta contra a pobreza.

A expressão vulgarizou-se rapidamente entre os *média*, nos discursos políticos e no meio académico, sendo utilizada em alternativa a vocábulos como “marginalização”, “pobreza”, “segregação”, “estigmatização”, “desigualdades” entre outros (Rodrigues, 2000, pp.174). A ligação entre o conceito de pobreza e o de exclusão social, mantida por percursos de investigação sociológica com tronco estrutural comum, também contribui para esta dificuldade de definição.

Da combinação da abordagem socio-económica e culturalista da pobreza resulta a ideia consensual de que a pobreza não representa apenas a escassez de recursos financeiros. A evolução que este consenso marca, interliga-se com a compreensão da ligação entre pobreza e exclusão social, termo que numa fase inicial poderia pretender substituir o de pobreza, mas que, facilmente, encontrou o seu enquadramento. Assim, entende-se que o fenómeno da pobreza é uma forma de exclusão social, visto que se considera que a exclusão social retrata as formas de insuficiência ou ausência de recursos não materiais, como recursos sociais, culturais, políticos e psicológicos (Rodrigues *et al.*, 1999, pp.69).

Esta mesma perspectiva é desenvolvida por Capucha (2005), que considera que estes processos emergem da ausência ou limitação de acesso a direitos.

Outra leitura sobre exclusão social amplamente divulgada é a proposta por Paugam (1996), em que a exclusão social é entendida como um processo dinâmico de fragilização e ruptura de laços sociais, associados à perda de contacto com o mundo do trabalho, com uma posição central no contexto económico e social actual, promotor de trajectórias de precariedade, cumulativas de várias desvantagens. Depreende-se que os processos de exclusão social afectam pessoas, de um conjunto de grupos sociais com características mais alargadas, para além das tradicionalmente associadas à ausência ou escassez de recursos financeiros.

Importa esclarecer que nesta investigação utiliza-se, relativamente à natureza deste fenómeno, o entendimento de Paugam (1996), no que diz respeito à existência de dinâmicas entre exclusão/inserção e logo processos dialécticos de inserção/exclusão e não estados imutáveis de exclusão ou inserção. Abandonase no entanto a proposta deste mesmo autor sobre ruptura de laços sociais, sendo que no que concerne aos mecanismos de génese do fenómeno, opta-se pela concepção de Capucha (2005), que como já foi esclarecido anteriormente, se afasta da discussão sobre ruptura de laços ou vínculos sociais e sublinha a emergência destes processos da ausência ou limitação de acesso a direitos.

Feito este esclarecimento, importa reter a atenção na utilização da expressão “inserção social”.

Optou-se propositadamente pela nomenclatura “inserção social”, enquanto noção sociológica francesa datado da década de setenta que se demarcou do conceito de integração social através de uma reconceptualização teórica e de intervenção da prática social, valorizadora de um processo que procura acompanhar o indivíduo a encontrar o seu lugar próprio numa determinada instância social. Trata-se assim de um processo de acesso e relação em curso, entre uma pessoa e as diferentes vertentes do meio social, como esclarece a definição do CIES/CESO I&D, 1998 e Capucha, 1998 citados por Rodrigues *et al* (1999):

“ o duplo movimento que leva, por um lado, as pessoas, famílias e grupos em situação de Exclusão Social e de pobreza a iniciar processos que lhes permitam o acesso aos direitos de cidadania e de participação social e, por outro lado, as instituições a oferecerem a essas pessoas, famílias e grupos reais oportunidades de iniciar esses processos, disponibilizando-lhes os meios, dando-lhes apoio” CIES/CESO I&D, 1998 e Capucha, 1998 citados por Rodrigues et al (1999, pp.79).

Após esta breve síntese para maior esclarecimento sobre o conceito de deficiência e a noção de exclusão procura-se agora esclarecer que tipo de ligação entre estas duas temáticas está presente neste estudo.

Assim, como principal hipótese de trabalho, aponta-se que a deficiência se traduz numa situação de vulnerabilidade face à exclusão social, muitas vezes traduzida em exclusão efectiva, embora os contextos de proximidade, o desenvolvimento de condições intrínsecas e de condições extrínsecas possam produzir mecanismos de inserção social, fazendo com que a relação entre a deficiência e a exclusão social não seja determinística.

De forma a evidenciar esta relação entre deficiência e situação de vulnerabilidade face à exclusão social, irá recorrer-se de seguida a alguns dados de uma das pesquisas sociológicas mais relevantes realizadas recentemente em Portugal.

O estudo coordenado por Luís Capucha e numa fase final por José Luís Casanova, investigadores do ISCTE, em parceria com o Centro de Reabilitação Profissional de Vila Nova de Gaia (CRPG), que visava a caracterização das pessoas com deficiência ou incapacidades e a avaliação das políticas e das práticas de

inclusão social das pessoas com deficiências em Portugal, permite destacar alguns indicadores sobre a vulnerabilidade das pessoas com deficiência face à exclusão social.

Veja-se em primeiro lugar que na escolarização, verificaram-se dados disparem em relação à população em geral – 21,1% das pessoas com deficiências ou incapacidades entre os 25 e os 70 anos não sabe ler nem escrever ou não frequentou a escola, em oposição aos 3,6% da população do continente. Já 57,2% têm o 1º ciclo do ensino básico, em oposição aos 36,3% da população do continente. Das pessoas com deficiência e incapacidade, 10,6% o 2º ciclo do ensino básico, 6,1% o 3º ciclo do ensino básico, 3,2% o ensino secundário e por último 1,7% o ensino médio/superior. Já na população do continente tem respectivamente em 16,4%, 18,9%, 15,6% e 9,3% estes níveis de escolaridade. (CRPG e ISCTE, 2007b).

Esta disposição para uma baixa escolarização das pessoas com deficiências e incapacidades manifestou-se ainda numa empregabilidade baixa, salientando-se a relação entre o nível de escolaridade mais elevado e a maior probabilidade de empregabilidade. Assim apenas 25,6% desta população se encontrava em situação de actividade, acrescentando-se uma taxa de desemprego duas vezes e meia superior à média nacional. Como os autores do estudo acrescentam “...estes dados configuram uma situação de marcada exclusão das pessoas com deficiências e incapacidades na esfera do trabalho...”. (CRPG e ISCTE, 2007a, pp. 29).

Importa aqui salientar a importância do trabalho na construção identitária, no estatuto e reconhecimento social e no padrão de rendimentos e nível de vida, sendo portanto este um elemento chave para os processos de inserção social da pessoa com deficiência.

Também o nível de rendimentos foi destacado nesta análise pela sua relevância na obtenção de uma determinada condição de vida, verificando-se um grau de precariedade económica elevado.

Após este enquadramento teórico, elaborou-se o seguinte modelo de análise:

Assim, assume-se que as trajetórias de vida irão desenvolver-se sobre a influência de três pólos:

- As condições intrínsecas;
- As condições extrínsecas;
- E os contextos de proximidade.

Considera-se que os factores inibidores ou facilitadores dos processos de inserção social emergem de condições intrínsecas, como capacidades, atitudes, valores e recursos individuais, de condições extrínsecas, como comportamentos de estigmatização (Goffman, 1982), o funcionamento das instituições responsáveis pelas políticas públicas de transportes, urbanismo, habitação, segurança social, educação, formação, emprego, serviços de reabilitação e apoio à família e o acesso a actividades de lazer e participação social (Barnes e Mercer, 2010) e por fim, de contextos de proximidade, como a família e a rede de sociabilidade.

Passando agora a uma leitura preliminar e inicial dos dados empíricos obtidos na realização das primeiras entrevistas biográficas.

As condições intrínsecas parecem, no discurso das pessoas com deficiência entrevistadas até ao momento, delinear-se como factores facilitadores dos processos de inserção social pois os participantes avaliam muito positivamente os seus comportamentos e as suas atitudes perante os desafios colocados pela deficiência, por exemplo ao nível do desempenho da actividade profissional e das relações sociais. Este pólo de análise carece claramente de maior desenvolvimento e interpretação, procurando-se nas entrevistas biográficas futuras esclarecer melhor a conduta individual das pessoas com deficiência em diferentes momentos da sua trajetória de vida.

Já no que diz respeito às condições extrínsecas, os dados levantados até agora são muito mais vastos e enquadram quer factores inibidores dos processos de inserção social, quer factores facilitadores dos processos de inserção social.

No primeiro caso, destacam-se referências nos vários discursos a comportamentos de estigmatização e à presença de barreiras arquitectónicas. Estas referências vão de encontro a vários dados empíricos de estudos



e investigações anteriores sobre deficiência, devendo procurar-se, no decorrer próximo deste trabalho, uma maior consistência nesta ligação.

No segundo caso é dada ênfase à influência positiva da condição socioeconómica estável, ora da família nuclear ora da família constituída pela pessoa com deficiência, pois um nível razoável de rendimentos disponíveis parece configurar-se como chave de acesso a possibilidades mais vastas de escolaridade, adaptação do meio envolvente (compra por exemplo de carro adaptado ou realização de obras de adaptação do domicílio) e mesmo a serviços de saúde. Esta leitura inicial sublinha a importância de seleccionar participantes com diferentes condições socioeconómicas, nomeadamente pessoas com deficiência que já tenham estado claramente em situações de precariedade e escassez financeira. Também a formação profissional e o acesso ao mercado de trabalho surge como um factor facilitador dos processos de inserção social, pois as pessoas com deficiência descrevem uma continuidade nas trajectórias de vida, oriunda da relação aparentemente directa entre frequência de formação profissional, colocação no mercado de trabalho, a revalorização pessoal, acesso a redes de sociabilidade para além da família e evidentemente, acesso a um nível de rendimentos considerado razoável. Será igualmente pertinente reflectir, no desenvolvimento deste estudo, sobre esta relação directa e sobre a existência de outros tipos de relação entre estes diferentes elementos.

No que concerne aos contextos de proximidade, as pessoas com deficiência entrevistadas até ao momento relatam episódios muito positivos inerentes à relação com a família nuclear e à relação com os pares, que se configuram como factores facilitadores dos processos de inserção social, visto que estes elos acreditam nas suas capacidades e competências, vendo-as como pessoas e não estando centralizados na deficiência. Também este polo de análise carece de maior desenvolvimento.

Por fim, sublinhar, mais uma vez, que este é um trabalho em desenvolvimento e que esta comunicação pretende ser um exercício de partilha de algumas linhas de investigação, em jeito de contribuição ainda modesta, para o início de uma discussão mais alargada sobre políticas sociais de reabilitação e inserção social.

## **Referências bibliográficas**

Barnes, Colin e Geof Mercer (2010). *Exploring disability – second edition*. Cambridge: Polity press

Bertaux, Daniel (1997). *Les récits de vie*. Paris: Éditions Nathan

Capucha, Luís (2005), *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2007a). *Elementos de Caracterização das pessoas com deficiência e incapacidade em Portugal*. Vila Nova de Gaia: Centro de Reabilitação Profissional de Vila Nova de Gaia

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2007b), *O sistema de Reabilitação e as trajectórias de vida das pessoas com deficiência e incapacidades em Portugal*. Vila Nova de Gaia: Centro de Reabilitação Profissional de Vila Nova de Gaia

Centro de Reabilitação Profissional de Gaia e Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (2007c), *Mais qualidade de vida para as pessoas com deficiência e incapacidades. Uma Estratégia para Portugal*. Vila Nova de Gaia: Centro de Reabilitação Profissional de Vila Nova de Gaia

Goffman, Erving (1982). *Estigma. Notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar.

Organização Mundial de Saúde e Direcção Geral da Saúde (2003). *Classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde*. Lisboa: Organização Mundial de Saúde e Direcção Geral da Saúde

Paugam, Serge (1996). *L'exclusion – l'état des savoirs*. Paris: Editions la découverte

Rodrigues, Eduardo, Florbela Samagaio, Helder Ferreira, Maria Manuela Mendes & Susana Januário (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Sociologia*, Porto, 9, 63-101.

Rodrigues, Eduardo (2000). O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português. *Sociologia*, Porto, 10, 173-200.